

O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MAÇÔNICA (THE CEMETERY AS A SPACE FOR BUILDING MASONIC MEMORY)

Renata Ribeiro Francisco ¹

Resumo

O cemitério tornou-se lugar de celebração e de construção da memória no início do século XIX. Nesse artigo será abordada a forma como a maçonaria paulista, desde o século XIX, vem construindo sua memória atrelada a experiência da abolição na cidade de São Paulo, a partir da trajetória de dois membros ilustres, Luiz Gama e Antonio Bento.

Palavras-chaves: memória; cemitério; abolição; São Paulo.

Abstract

The cemetery became a place of celebration and construction of memory in the early 19th century. This article will discuss how the São Paulo Freemasonry, since the 19th century, has been building its memory linked to the experience of abolition in the city of São Paulo, based on the trajectory of two distinguished members, Luiz Gama and Antonio Bento.

Keywords: memory; cemetery; abolition; Sao Paulo.

¹ Renata Ribeiro Francisco é Graduada e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista e doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora vinculada ao CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) e editora da Revista Sankofa também vinculada à Universidade de São Paulo. E-mail: renataribeirofrancisco@gmail.com

1. Introdução

A proibição dos sepultamentos em igrejas entre o fim do século XVIII e início do XIX por razões de saúde pública promoveram a criação de um espaço próprio, independente, fisicamente separado do mundo dos vivos. Médicos e higienistas, preocupados com a saúde pública, passaram a condenar o sepultamento então realizado no interior das igrejas por acreditarem que essa prática favorecia a contaminação e disseminação de doenças. A partir de então, criou-se uma legislação severa para a regulamentação dos sepultamentos, determinando a criação de espaços a céu aberto para evitar contaminações nas grandes cidades (NOGUEIRA 2013, p.22).

Esses espaços abrigariam os mortos, recebendo a denominação de necrópoles, campo dos mortos ou ainda de Cemitérios. Essa nova legislação determinava a proibição de valas comuns, bem como a obrigatoriedade do uso de esquifes. Os Cemitérios se transformaram em lugares adequados à visitação, depois do século XVIII, quando projetistas franceses,

Imaginaram cemitérios gramados e arborizados, cemitérios-jardins para serem visitados como lugar de serena meditação, e onde fossem erigidos túmulos vistosos que marcariam um novo tipo de culto aos mortos” (NOGUEIRA 2013, p.35).

No Brasil, o conceito de Cemitério-museu popularizou-se a partir de 2001, após a realização da exposição itinerante idealizada pelo pesquisador Décio Freire dos Santos em shoppings da cidade de São Paulo. A exposição com fotos e informações sobre as lápides de personagens históricas então sepultadas no Cemitério da Consolação atraiu grande público e alcançou amplo sucesso (NOGUEIRA 2013, p.45). Posteriormente, Décio Freire dos Santos encabeçou o projeto de Arte Tumular desenvolvido no Cemitério da Consolação com o apoio do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

O projeto de Arte Tumular tencionava transformar a necrópole mais antiga da cidade de São Paulo em museu a céu aberto. A partir de então, as administrações das necrópoles encarregaram-se de instituir visitas monitoradas, com a criação de site para agendamento de visitas, bem como a distribuição de panfletos com indicação da localização das lápides de figuras públicas notáveis ali enterradas desde meados do século XIX (NOGUEIRA 2013, p.43).

O Cemitério da Consolação é a necrópole mais antiga em funcionamento na cidade de São Paulo. Fundado em 10 de julho de 1858, reuniu os restos mortais dos personagens mais ilustres que viveram na cidade intelectuais, políticos, literatos, artistas, músicos, ativistas, abolicionistas e maçons. Lá também encontram-se os túmulos de Luiz Gama e Antônio Bento, dois dos nomes mais importantes do movimento abolicionista de São Paulo. O primeiro membro da Loja América e o segundo da Loja Piratininga.

Os túmulos de Luiz Gama e Antonio Bento foram incluídos nas visitas monitoradas. Ambos tiveram seu valor histórico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) órgão de proteção. O tombamento assegurava não apenas a manutenção e a proteção dos túmulos, mas afirmava maior visibilidade naquele espaço.

Essa nova perspectiva sobre o espaço permitiria também a criação de parcerias importantes, como os convênios entre a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, em 2015. Os aspectos técnicos, históricos e míticos reunidos ampliariam ainda mais as visitas aos túmulos.

A lápide de Luiz Gama, particularmente, destacava-se claramente, em comparação com a de Antonio Bento, porque o primeiro era personagem ligado não apenas a memória da abolição, mas por ser também símbolo da luta negra no Brasil. O túmulo de Luiz Gama era visitado em diferentes ocasiões, entre elas, na data de celebração da Consciência Negra, em 20 de novembro e na data de comemoração da abolição.

O ritual celebrativo que transformou o túmulo de Luiz Gama em lugar de memória da abolição também haveria de ser espaço de celebração da memória da abolição maçônica e, se tornaria uma referência ainda mais importante para a manutenção da memória maçônica da abolição depois de 2001, quando o Cemitério da Consolação deixou de ser apenas a morada dos mortos e passou a integrar roteiros históricos e turísticos da cidade.

Sobre o túmulo do abolicionista encontra-se uma suntuosa escultura, acompanhada de uma placa de mármore cravejada com o símbolo maçônico (figura 1). A lápide, ali instalada na data do primeiro aniversário de morte do abolicionista, em 1883, era presente oferecido pelos membros da Loja maçônica

América, da qual Luiz Gama havia pertencido por um longo período de tempo (BANDECCHI 1982, p. 83).

Figura 1: Lápide de Luiz Gama



Fonte: Cemitério da Consolação, 2016 (Acervo pessoal)

A lápide de Luiz Gama nos anos subsequentes a sua morte continuou sendo espaço de celebração de sua memória. O ápice da associação da figura de Luiz Gama à seu túmulo aconteceu em 1930. Ano de celebração do centenário de nascimento do abolicionista maçom. No jornal O Estado de São Paulo, na edição comemorativa do centenário de nascimento do abolicionista, essa aproximação entre a imagem do maçom e sua morada ficou evidente. Durante os festejos, a lápide foi evocada como símbolo de memória do maçom (figura 1).

Somente no ano seguinte, em 1931, seria edificado um busto em homenagem a Luiz Gama, no Largo do Arouche. A criação do busco articulada por ativistas negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, com a participação de maçons da Loja Luiz Ga-

ma (FERREIRA 2001), não produziu um novo espaço de memória efetivo, haja vista que, o Cemitério continuou protagonizando como espaço de memória e o túmulo do maçom seguiu sendo o mais visitado do local, colaborando para que sua imagem fosse cada vez mais associada a organização maçônica.

Luiz Gama tornou-se um dos principais personagens da história da maçonaria. Sua imagem se tornaria obrigatória em diferentes espaços maçônicos como lojas e museus. Na cidade de São Paulo, na entrada do Grande Oriente de São Paulo encontra-se o busto de Luiz Gama. Essa repetição de referências transformava o abolicionista em um dos principais personagens da organização maçônica, principalmente, em São Paulo, onde atuou parte significativa de sua vida (FERREIRA 2001). Antônio Bento, ao lado de Luiz Gama, também é personagem importante da história da memória da abolição maçônica. O maçom é apontado por muitos estudos historiográficos como sucessor de Luiz Gama na luta contra a escravidão em São Paulo (OTSUKA 2015).

Figura 2: Celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama



Fonte: O Estado de S. Paulo, 21 de junho de 1930.

O reconhecimento da imagem de Antonio Bento como maçom ilustre da história da organização não operou da mesma forma que a de Luiz Gama. Enquanto o primeiro permaneceu à margem das narrativas maçônicas, por um longo período de tempo, sendo incorporado pela literatura dos maçons somente na década de 1980, o segundo sempre esteve presente na historiografia da organização (CASTELLANI 1980).

A Loja Piratininga rendeu homenagem a Antonio Bento, somente, em 2007, quando providenciou uma placa em tributo ao abolicionista. Afixada sobre o túmulo, a placa associa duplamente a imagem de Antonio Bento ao abolicionismo e à organização maçônica. O tributo ao maçom era uma tentativa tardia de edificar mais um símbolo da memória da abolição naquele espaço, que havia ganhado maior visibilidade depois da iniciativa do Cemitério em transformar o espaço em rota turística. Assim como a lápide de Luiz Gama, o túmulo de Antonio Bento (figura 3) havia sido tombado pelo patrimônio histórico e incluído no roteiro de visitaçao do Cemitério.

Figura 3: Lápide de Antonio Bento



Fonte: Cemitério da Consolação, 2016. (Acervo pessoal)

A placa em homenagem a Antonio Bento, no entanto, trazia apenas uma referência sutil a sua participação na organização maçônica. O símbolo da or-

ganização não é tão perceptível em seu túmulo. A identificação maçônica da lápide é evidente apenas entre aqueles que conhecem minimamente a simbologia da instituição (os três pontos alinhados em forma de triângulo ao final das abreviações presentes na parte superior da placa).

A discreta homenagem indicava que a maçonaria ainda tinha ressalvas quanto à introdução da figura de Antonio Bento na memória da organização, diferentemente da de Luiz Gama, que havia sido incorporada em diferentes espaços maçônicos de modo sistemático. O costume de render homenagens a um Irmão falecido, instalando sobre sua lápide uma placa com dizeres e símbolos maçônicos, era prática comum, dedicada apenas aos que atingissem o grau 33, o mais elevado e símbolo da perfeição maçônica.

No Cemitério da Consolação, verifica-se a presença de inúmeras lápides cravejadas com o símbolo da maçonaria. Além das inscrições no túmulo de Luiz Gama e na lápide de Antonio Bento, identifica-se o túmulo coletivo da Loja Piratininga, onde, encontram-se depositados os restos mortais de outros membros do templo (figura 4).

A flor de acácia empregada na ornamentação do templo tinha sentido místico e simbólico que significava o "indestrutível", o "imperecível". A planta símbolo da maçonaria remete ao mito de origem da organização.

Figura 4: Jazigo da Loja Maçônica Piratininga



Fonte: Cemitério da Consolação, 2016 (Arquivo pessoal).

No interior do templo costuma-se realizar o evento fúnebre maçônico, denominado de “Pompa Fúnebre”, com o intuito de prestigiar o passamento do Irmão. A celebração efetuava-se “com o corpo presente ou simbolicamente, decorrido trinta dias do passamento” (CAMINO 2010, p.151). Erguia-se um esquife no interior do templo, como se o morto estivesse ali depositado. Fora a realização dessa celebração, a maçonaria não possuía nenhum ritual de sepultamento em si para seus mortos, embora prevalecesse o costume dos maçons de adotarem o rito profano, seguindo o cortejo fúnebre, carregando o corpo do falecido até o Cemitério e, ao final do préstito, todos os Irmãos presentes depositavam sobre o esquife uma flor de acácia (CAMINO 2010, p.151).

Para o maçom, a acácia, além de tudo, constitui-se em um chamamento nostálgico, pois de imediato traz à lembrança o sacrifício de Hiram Abiff. Nas cerimônias de Pompa Fúnebre, o fato de todos depositarem um ramo de Acácia de pequenas dimensões sobre o esquife simboliza a crença de que a morte é provisória. Hiram Abiff foi sepultado por três vezes; a primeira, sob os escombros dos materiais de construção; a segunda vez, na “cova” aberta na terra; a terceira, com honrarias dentro do Templo. (...) Assim, ao se depositarem ramos de Acácia sobre a esquife, há a manifestação da crença de que alguma coisa é imperecível no homem, como o é, simbolicamente, a Acácia. (...) Assim, a Acácia representa, sempre e primordialmente, um duplo símbolo: o da mortalidade e o da imortalidade, o do luto e o do júbilo, o sagrado e o profano (CAMINO 2010, p.13-16).

A simbologia inscrita no ritual fúnebre maçônico revigorava o sentido de construção da memória, tendo como ponto de partida a morte. O ritual fúnebre que determinava a instalação de uma placa sobre a lápide dos Irmãos transformava o túmulo em uma extensão do templo maçônico. Nela residia não apenas a memória do maçom, mas da organização maçônica que ganhava vida a cada visitação.

Conforme Carmen Mcevoy, o impacto dos rituais fúnebres sobre o imaginário coletivo no século XX emergiu com força devido à concepção do binômio “corpo-memória”, termo capaz de mobilizar o

imaginário coletivo no incremento da consagração da memória de personagens importantes (MCEVOY 2006, p.105). Segundo Ana Maria Stiven, o ritual fúnebre cumpria a função não apenas de vivificar a memória do morto, mas servia também como manobra de grupos interessados em mobilizar a imagem do falecido com objetivos políticos, assim como ocorreu com a imagem de Luiz Gama e, em menor proporção, com a de Antonio Bento (STUVEN 2006, p.35).

Na eminência da celebração do dia da Consciência Negra em São Paulo em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou na Universidade Presbiteriana Mackenzie, nos dias 3 e 4, o evento “Luiz Gama, ideias e legado do líder abolicionista”. A celebração em homenagem ao maçom tinha o propósito de conceder a Luiz Gama, postumamente, o registro profissional honorário como advogado da (OAB), documento entregue ao tataraneto do maçom Benemar França.

No evento, foram lidos trechos do Relatório da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, apresentado pelo doutor Humberto Adami, presidente da Comissão Nacional sobre a Escravidão Negra. Durante o ato, os participantes foram convidados a seguirem em procissão com destino ao Cemitério da Consolação com o intuito de prestar homenagens ao pé do túmulo do maçom. Do ponto de vista da memória maçônica da abolição o Cemitério tornou-se um importante espaço para valorização da organização.

2. O centenário da abolição na memória da maçonaria paulista

A memória da abolição maçônica materializada na construção de museus, bibliotecas e na compilação de livros, ganhou relevo, a partir da década de 1950, como uma tentativa da organização de defender-se da ofensiva antimaçônica. Antes desse período, a movimentação maçônica em prol da construção de sua memória em torno da abolição oscilou consideravelmente.

Nota-se que após a extinção da escravidão algumas tentativas de vincular a memória da abolição à história da maçonaria foram examinadas, mas não com a mesma força que se verificaria nas décadas de 1970 e 1980. Para o ano de 1888, por exemplo, não foram encontrados registros da publicação da edição do jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil referente ao fim da escravidão. Nos anos de 1889 e 1890,

o jornal não produziu nenhuma nota a respeito da data do 13 de maio; somente em 1891 a organização manifestou-se sobre a data:

As datas mais memoráveis de nossa história estão ligados nossos Iir.: aos quaes rendemos um solemne preito de homenagem. É esta uma data digna da maior comemoração, que por parte do povo brasileiro, quem por parte de todos os povos, pois que nosso dia, em 1888, foi restituído perto de um milhão de entes humanos o direito de personalidade e grande número de cidadãos. [...] Commemorando hoje esta data celebre, é um dever render preito sincero de homenagem a todos os abolicionistas em particular aos distinctos membros da nossa Sublime Instituição, cuja divisa é: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Registremos, pois aqui, entre outros, os nomes proeminente que representaram o movimento: Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Ordem, chefe do gabinete 6 de junho, vencido no parlamento, mas vencedor na opinião pública. José Carlos do Patrocínio, o jornalista dedicado à abolição, sobre quem devem recahir especialmente as bênçãos dos libertos. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, o Tribuno da santa causa, digno companheiro de luta do nosso prestimoso irmão José Mariano Carneiro da Cunha. Quintino Bocayuva, o príncipe do jornalismo, cuja Pena não teve descanso na defesa de tão sagrado direito. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o presidente do gabinete que realiso a reforma, tendo por dignos companheiros os maçons Luiz Antonio Vieira da Silva, Grão- Mestre da Ordem e Thomaz José Coelho de Almeida. Antonio Bento de Souza Castro, o chefe abolicionista de São Paulo. Ruy Barbosa, cujo talento tanto se patenteou na defeza de causa tão justa. [...] A loja América, ao Oriente de São Paulo, a filha dilecta de Luiz Gama, de saudosa memória, o defensor incansável dos escravizados. [...] Pelo que deixamos dito vê-lo que à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com um grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve a sua batalha victoriosa a 13 de maio de 1888, ela tem, pois, o direito de confraternisar com o povo na commemoração do terceiro aniversário desse grande dia (Boletim

do Grande Oriente do Brasil. Publicação mensal, n3, ano 16, maio, 13 de 1891, p.75-77).

Embora o artigo afirmasse que “as datas mais memoráveis de nossa história” incluíssem a abolição da escravidão, nos anos subseqüentes a organização não dedicou uma única linha ao tema. O autor da publicação do texto acima narra os principais momentos que marcaram a história do movimento abolicionista, destacando a participação dos maçons abolicionistas mais ativos. Chama a atenção, contudo, o fato dessa primeira nota trazer um tom mais celebrativo, relativizando, em certo sentido, a participação e a atuação da organização “à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com uma grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve ai batalha victoriosa a 13 de maio de 1888”. Essa passagem revela que a maçonaria reconhecia a sua participação, mas não se via protagonizando o processo que culminou com a abolição da escravidão. Em nota consecutiva, no entanto, o jornal atribuiu um novo sentido ao papel exercido por ela no movimento abolicionista.

Quem fez a abolição dos escravos fomos nós. O 13 de maio de 1888 é nosso. Reivindicar-o é dever; consagrar-o é direito; historial-o é de restricta obrigação (...) Quanto foi por nós impellido o Visconde do Rio Branco, quanto por nós auxiliado, vós o sabeis. Lojas se fundaram com o objectivo único da libertação dos escravos, e traziam no artigo primeiro dos seus estatutos que nenhum M.: pertencente ao seu quadro poderia possuir escravos.(...) O século XX, o nosso século, não podia ver apagada essa macula da civilização (...) (Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n3, ano 17, maio, 1892, p.109).

Nota-se que o tom celebrativo foi substituído por um discurso impositivo que imputava à maçonaria supremacia e protagonismo no processo que pôs fim a escravidão. A posição da organização seguiu um sentido de domínio absoluto: “quem fez a abolição fomos nós”. O posicionamento impositivo da organização diminuía a importância de outros atores sociais envolvidos no processo abolicionista, como

evidenciou o próprio Boletim do Grande Oriente do Brasil, em outro artigo também de 1891. CARVALHO 2009).

Troam festivos os canhões da Patria, rememorando altisonos a mais gloriosa pagina da historia do Brazil. Foi a 13 de maio de 1888 que se consolidou a nação brasileira. Foi só então que se completou a obra começada com a Inconfidência Mineira e Tiradentes em 1788; accentuada e firmada, em 1822, por José Bonifacio e Pedro I, proseguida, em 1831, por Diogo Feijó e, em 1850, por Eusebio de Queiroz; mantida por Pedro II, em 1870, na defeza dos brios nacionaes; por Paranhos, Visconde do Rio Branco, em 1871, estancando a fonte que ainda existia das differenças das raças; e depois, pelo Barão de Cotegipe, Antonio Prado, Dantas, Saraiva, Frederico Borges, Antonio Pinto, José do Patrocínio, João Brígido, Nascimento, Antonio Bento, Joaquim Nabuco, João Clapp, Carlos de Lacerda, Luiz Gama ...não citarei mais; por honra da Patria deixei de evocar nomes, (...) todos os povos interessados na gloriosa campanha e no digno de 13 de Maio de 1888, obra da Mulher Sublime, que, a despeito das alternativas da fortuna, há de ser sempre conhecida no Brazil por um nome, que já ficou sendo um appellido na familia brasileira: - Isabel, a Redemptora. A Republica é muito magnânima; a Republica é muito generosa para conservar ódios, fomentar desprezos, alimentar ressentimentos e forjar ingratidões contra quem quer que no passado carregou uma pedra para a sua estatua (...) Há cinco annos (Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n3, ano 17, maio 1892, p.109).

Nesse artigo, a maçonaria evoca sua participação em diversos eventos históricos desde a Inconfidência Mineira, passando pela Independência política, Abolição e República. A maçonaria não se preocupou em realizar celebrações oficiais que vinculassem a sua imagem ao 13 de maio, porque desfrutava de grandes conquistas. Nesse contexto, a organização havia atingido seu período áureo no país, ocupando lugares importantes na sociedade civil e na esfera política, exercendo ampla influência social e, portanto, não estava preocupada em evocar seu passado com o mesmo vigor que faria tempos depois (CASTELLANI;

Os artigos então produzidos por jornais maçônicos em 1891, contendo palavras de ordem, teriam sentido à organização no futuro, servindo de "documentos históricos" a fim de impor seu protagonismo por meio da construção de narrativas. É interessante observar que nessas primeiras manifestações maçônicas sobre a sua contribuição para a consagração da abolição, os discursos de que a maçonaria teria atuado de forma homogênea e de que todos os maçons eram abolicionistas começaram a ser ventilados (CASTELLANI 1980).

Em âmbito nacional, a maçonaria não celebrou o centenário do 13 de maio. Em 1988, a organização dedicou tempo e atenção ao planejamento e realização das celebrações futuras do Centenário da República (1889) e do Bicentenário da Inconfidência Mineira (1789) (CASTELLANI; CARVALHO 2009, p.286). Já as Lojas maçônicas Piratininga e América da cidade de São Paulo, na ocasião, reuniu os Irmãos de suas lojas afim de celebrar o centenário da abolição.

Às 20:30 horas do dia 11 de maio de 1988 da E.: V.: reuniram-se ao Obr.: da loja Piratininga, (...) para assistirem a uma conferência a ser proferida pelo Ir.: Eurico da Silva Mattoso alusiva ao Centenário da Abolição da Escravidão. (...) Iniciando sua palestra, o Ir.: Eurico dedicou-a ao Ilr.: da "Piratininga" já no Or.: Eterno que lutaram pela causa abolicionista, bem como à vitória do 13 de maio com a decretação da Abolição da Escravidão no Brasil. Vários aspectos foram abordados pela conferência, desde a caracterização do tipo antropológico da raça negra, sua distribuição pela terra, ao aspecto socio-econômicos decorrentes da escravidão do negro. Concluído o seu trab.:, o Ir.: Eurico foi bastante aplaudido pelos presentes. Tomando a palavra, o Ven.: M.: agradeceu em nome da Loja (...) (Ata da Loja Piratininga, 11 de maio de 1988).

As imagens de Luiz Gama e Antonio Bento no contexto do centenário da abolição foram lembradas e mais uma vez o cemitério tornou-se espaço central da celebração. Nas festividades do centenário da abolição caravanas de admiradores foram levadas aos pés dos túmulos de Luiz Gama e Antonio Bento. Em sessão de 11 de maio de 1988, os membros da

Loja América foram convocados a participarem de uma procissão pelas principais ruas do entorno do Cemitério da Consolação com destino final os túmulos dos abolicionistas maçons Luiz Gama e Antonio Bento.

3. Considerações Finais

A maçonaria paulista viu a oportunidade de construir a sua memória maçônica vinculada a abolição através da evocação de seus personagens mais ilustres, Luiz Gama e Antonio Bento. Ambos muito conhecidos na cidade de São Paulo e amplamente valorizados nos espaços públicos. O Cemitério, lugar que abriga os restos mortais de ambos, tornou-se lugar estratégico para a consolidação dessa memória. Transformado em museu à céu aberto, o Cemitério atrairia ao local grupos diversificados (turistas, estudantes, pesquisadores, maçons, não-maçons, curiosos e admiradores) à visita. Ao conhecerem a trajetória de Luiz Gama e Antônio Bento, os visitantes, tomariam conhecimento da experiência maçônica desses personagens, e, assim, a maçonaria paulista conseguiria atrelar a imagem dos maçons abolicionistas a memória maçônica da abolição.

4. Referências

- BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Editora Parma, 1982.
- Boletim do Grande Oriente do Brasil. Publicação mensal, n3, ano 16, maio, 13 de 1891, p.75-77.
- CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Caderno de estudos maçônicos*. 3ª Edição. Londrina, Paraná: Editora Troilha, 1988.
- CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 1980.
- _____. *História do Grande Oriente de São Paulo*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1994.
- CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.
- EVOY, Carmem Mc. El regreso del héroe: Bernardo O' Higgins y su contribución em La construcción del imaginario nacional chileno, 1868-1869. In: *Funerales Republicanos em América del Sur: Tradición, ritual y nación (1832-1896)*. Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. *Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l'oeuvre d'un noir citoyen, poete et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil*. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001.
- NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. *Dissertação de mestrado* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2013, p. 45.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880. *Dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2.ed. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 40-41.
- STUVEN, Ana Maria. Guerreiros y sábios AL panteón republicano: los funerales de José Miguel Infante y Andrés Bello. In: *Funerales Republicanos em América Del Sur: Tradición, ritual y nación, 1832-1896*. Santiago, Chile: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 31-56.